

A próxima onda da Lei do Mar

Por David Miliband

Valor Econômico, 17.12.2012

Nos próximos meses, crescerão as pressões para enfrentar essa crise. Governos, empresas e indivíduos têm a responsabilidade de ouvir os fatos e decidir se farão parte do problema ou da solução. É preciso um novo debate sobre o futuro dos nossos oceanos.

Trinta anos atrás, a Guerra Fria estava no seu auge e o Reino Unido tinha recém se arrastado para fora da recessão. Talvez esses fatores expliquem por que na segunda semana de dezembro, em 1982, quando 119 delegações governamentais decidiram firmar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), o Reino Unido não estava entre eles. Segundo Donald Rumsfeld, a então primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, declarou que essa convenção (conhecida em inglês como Unclos) era "nada menos do que a estatização internacional de cerca de dois terços da superfície da Terra".

Quinze anos depois, quando, sob um governo trabalhista, o Reino Unido finalmente aderiu à Unclos, a convenção estava aplicando, pela primeira vez na história, um regime legal acordado internacionalmente para a maioria das águas costeiras em todo o mundo. Os direitos dos países à pesca, a minerais e a outros recursos naturais foram consagrados em lei, com recurso a adjudicação internacional em casos de litígio. O direito de livre passagem em alto mar estava assegurado.

O Reino Unido e outros países devem agora aprender com o erro do governo Thatcher, em vez de repeti-lo. Um novo debate está surgindo sobre como governar e exercer governança no alto mar - aqueles 45% da superfície da Terra situados fora das jurisdições nacionais.

Sabemos que uma crise de recursos naturais em escala sem precedentes está se avizinando. Os preços das commodities não petrolíferas subiram vertiginosamente na última década. O alto mar pode fornecer alimentos, minerais e novos recursos para a tecnologia e a medicina. Mas as fragilidades do atual regime de governança, caracterizados por desenfreada pesca ilegal, não regulamentada e não contabilizada, ameaçam minar a segurança mundial e a sustentabilidade para as quais oceanos bem administrados podem contribuir.

A Unclos é um símbolo de cooperação e concessões mundiais e do direito internacional que levou mais de 20 anos para ser elaborado. Sua não ratificação pelo Senado dos EUA serve apenas para fortalecer os argumentos contra a capacidade de liderança mundial dos EUA. Mas a convenção terá de evoluir para que possa ficar à altura dos desafios do Século XXI.

Em 1982, as frotas pesqueiras não dispunham de tecnologia para a pesca de arrasto no meio dos oceanos. Nossa compreensão do papel crucial dos oceanos na proteção contra as mudanças climáticas estava em sua infância. As riquezas minerais marinhas não eram bem compreendidas.

Hoje, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) informa que mais de três quartos dos estoques populacionais de peixes no mundo são totalmente explorados ou superexplorados, ao mesmo tempo que

algumas populações dos peixes de maior porte que comemos caíram para menos de 10% de seu nível histórico. Todos os anos, as frotas pesqueiras gastam mais e mais dinheiro - em grande parte originados de subsídios governamentais - tentando pescar cada vez mais. Mas não conseguem, porque os cardumes não estão mais lá.

O Banco Mundial estima que apenas a pesca excessiva custa ao mundo US\$ 50 bilhões por ano, e são as pessoas mais pobres, nos países mais pobres, - mais de um bilhão das quais dependem dos peixes como sua principal fonte de proteínas - as que mais sofrem. Portanto, há um imperativo tanto moral como econômico para agirmos.

Os governos têm duas responsabilidades: dar o exemplo e formar alianças e firmar acordos internacionais implementáveis e eficazes. Da pesca predatória e da pirataria à eventual degradação de sumidouros de carbono, a necessidade de os governos cumprirem as duas obrigações nunca foi tão grande.

Dois anos atrás, como ministro das Relações Exteriores britânico, liderei o processo visando proteger o oceano em torno das ilhas Chagos, no território Britânico no Oceano Índico - a maior área marinha individual no mundo (cobrindo uma área que tem duas vezes o tamanho do Reino Unido), onde a pesca comercial não é permitida. Um elenco de espécies ameaçadas, entre elas tartarugas, tubarões, arraias, atuns e corais estão agora protegidos.

O atual governo britânico tem uma oportunidade similar de transformar os 800 mil quilômetros quadrados do Oceano Pacífico em torno do minúsculo território britânico ultramarino de Pitcairn em uma reserva marinha onde a pesca seja proibida. Os mares em torno de Pitcairn estão repletos de espécies não encontradas em nenhum outro lugar: um engajamento ousado e financiado pelo governo do Reino Unido para protegê-las, que teria apoio dos ilhéus, colocaria o Reino Unido na vanguarda das experiências em um setor de conhecimento crucial para o futuro.

Governança adequada em águas internacionais é algo mais difícil de pactuar, mas é igualmente premente. Muitas das organizações intergovernamentais encarregadas da gestão regional da pesca são, na realidade, espetacularmente ineficazes. Apenas 0,5% do alto mar em todo o mundo, fora de jurisdições nacionais, são protegidos. Ironicamente, numa era de crescente competição por recursos naturais, uma cooperação para reconstituição dos estoques populacionais de peixes na realidade resultariam em maior captura por todos.

A reunião Rio+20 realizada no início deste ano chegou perto de deslanchar negociações para preencher as lacunas na Unclos. A iniciativa foi bloqueada, em parte, pelo mesmo temor de multilateralismo que colocou o governo de Margaret Thatcher na defensiva 30 anos atrás. Mas esse legado da Guerra Fria está fora de sincronia com os tempos. A menos que administremos nossa interdependência com eficácia bem maior, ficaremos todos mais pobres.

Nos próximos meses, crescerão as pressões internacionais para enfrentar essa crise. Governos, empresas e indivíduos têm a responsabilidade de ouvir os fatos e decidir por si mesmos se farão parte do problema ou da solução. De empresas que se aproveitam da débil aplicação das regras a países que se escondem atrás de definições de interesses nacionais de curto prazo a consumidores que

permitem que supermercados mantenham níveis de compras insustentáveis, precisamos de um novo debate sobre o futuro dos nossos oceanos e da vida a que dão suporte.

O aniversário da Convenção, agora no início de dezembro, é um lembrete das grandes coisas que os países podem realizar quando trabalham juntos - e dos passos importantes que ainda não foram dados. **Tradução de Sergio Blum).**